

OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL Desafios para uma conservação urbana integrada

OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL Challenges for integrated urban conservation

C. Chaves

*IST, Instituto Superior Técnico; Universidade de Lisboa, Portugal
carolinamchaves@gmail.com*

RESUMO

Dentro da temática da produção de cidade e habitação social nas décadas de 1950 e 1960, os Olivais – Norte e Sul – representam uma ação de planeamento e intervenção na cidade de singular dimensão e de um novo programa de habitação social. Historicamente, consolida a expansão oriental da cidade de Lisboa e o papel do agente público no planeamento e desenvolvimento urbano. Culturalmente, materializa visões distintas da forma de habitar a cidade expressas em morfologias que, nos Olivais Norte, reflete o pensamento urbanístico expresso na Carta de Atenas (1933), enquanto, nos Olivais Sul manifestam alterações decorrentes de sua revisão. Propõe-se, nesta comunicação, o estudo comparativo das propostas e dos resultados construídos a fim de evidenciar os valores patrimoniais destes espaços à medida que se ressalta sua importância histórica e cultural. O reconhecimento desses valores é etapa fundamental para pensar possíveis caminhos para conservação do património cultural nestes bairros, contribuindo para refletir sobre a conservação urbana integrada desta área.

Palavras-chave: Olivais Norte; Olivais Sul; Património Moderno; Conservação Urbana Integrada.

Linha de Investigação: 2. Cidade e Ambiente **Tópico:** Património e paisagem cultural.

ABSTRACT

Within urban planning and social housing issues from the 1950s and 1960s, Olivais - North and South - represent a planned action of intervention in the city, exceptional for its dimension, and a new social housing program. Historically, it has consolidated the Lisbon's urban expansion to the East and the role of the public agent in urban planning and development. Culturally, it materializes different visions of inhabiting the city expressed in morphologies that, in Olivais Norte, reflected the urban thinking expressed in the Athens Charter (1933), while in Olivais Sul it reflected changes resulting from its revision. This paper aims to highlight the heritage values of these landscapes and buildings through a comparative study of the original designs and final outcomes. The recognition of these values is a fundamental step to think about possible ways to conserve cultural heritage in these neighbourhoods, contributing to reflect on the integrated urban conservation of this area.

Keywords: Olivais Norte; Olivais Sul; Modern Heritage; Urban Conservation.

Thematic clusters: 2. City and Environment **Topic:** Heritage and cultural landscape

As novas periferias com a sua incontrolada avidez especulativa, de resultados imprevisíveis, não conhecem de todo o cuidado de concepção posto nos planos e projectos, por isso os Olivais Norte e Sul se tornaram uma referência para a Lisboa contemporânea.¹

A reflexão crítica sobre o papel dos Olivais Norte e Sul na dinâmica urbana da Lisboa contemporânea mostra oportuna a reavaliação de uma experiência urbana em resposta à crise habitacional em meados do século XX, que representa uma ação globalmente planeada de intervenção na cidade e de um novo programa de habitação social. Uma análise que, para além de advogar sobre as razões para sua conservação, pretende lançar luz em uma relação entre espaços edificados e públicos que pode concorrer para a apropriação e revalorização destes últimos como amalgama de um projeto de cidade e de habitar que visa a melhoria na qualidade de vida.

Estas propostas materializavam visões distintas da forma de habitar a cidade expressas em morfologias que, nos Olivais Norte (ON), refletiam o pensamento urbanístico racionalista expressos na Carta de Atenas (1933), enquanto, nos Olivais Sul (OS) eram introduzidas alterações em decorrência dos debates e das contestações acerca da doutrina da cidade moderna. No entanto, para além das diferenças, era comum a ambas as propostas a habitação em múltiplos pisos e sua articulação com as áreas verdes públicas. Estas últimas, exerciam um forte protagonismo indicando uma nova forma de habitar a cidade a partir de uma nova lógica de articulação entre o espaço edificado e o não edificado, com evidente valorização das superfícies verdes fruto, em grande medida, de uma estratégia de habitação em múltiplos pisos.

Essas experiências refletiam um ideário de qualidade de vida que ultrapassava melhoramentos sanitários da unidade habitacional, e incorporava o uso e a permanência no espaço público na construção de uma paisagem cujos elementos deveriam ser interdependentes. Revisitar o processo histórico e os planos que deram suporte à realização dos Olivais, que se desdobram na consolidação da expansão oriental da cidade de Lisboa, é uma forma de reposicionar sua importância no debate sobre a produção da cidade contemporânea e uma oportunidade para a reconciliação/reaproximação entre natureza-arquitetura-homem. Uma relação cara ao urbanismo moderno e cuja revisão crítica pode ser catalisadora de um desenvolvimento urbano e social sustentável.

Os planos para os Olivais, desenvolvidos entre as décadas de 1950 (ON) e 1960 (OS), previam a criação e modelação dos espaços verdes integrados à concepção e construção dos edifícios. No entanto, a implementação das ideias iniciais não atingem integralmente o plano devido à certo descompasso entre a proposta para os novos bairros e aquilo que foi e como foi executado, agravado pelo atual tratamento das áreas verdes. Segundo a memória descritiva do plano, “todo o espaço verde previsto comporta-se como logradouro colectivo da população” (Arquitetura nº 81, 1964: 11). No entanto, como refere o arquiteto José Rafael Botelho (1935), “os espaços exteriores não foram devidamente tratados. Deviam ser menos visuais e mais funcionais, para serem vividos, mais adequados à prática de jogos, de brincadeiras.” (*in* Torres e Portas, 1995: 85). Com relação aos planos, ressalta Nuno Portas (2002: 49):

¹ Texto escrito por Ricardo Carvalho e Michel Toussaint para o Jornal Público, suplemento Mil-Folhas, 18 de Outubro de 2003.

Em ambos os planos – apesar das diferenças de cultura urbanística que traduziam–, era evidente a dissociação entre os elementos estruturantes (vias e verdes/equipamentos de proximidade) e os edifícios que preenchiam as células servidas pelos primeiros: o desenho urbano era de matriz modernista, entendendo a edificação como composição de volumes (*plan masse*) e o espaço livre como sobranço ou intersticial.

A atual composição da paisagem dos Olivais é desafiada por novas demandas por habitação em detrimento de seus espaços públicos e das unidades habitacionais ainda existentes, que necessitam de uma ação de conservação planeada e responsável tanto nos edifícios quanto nos espaços públicos. Entre as décadas de 1980 e o início dos anos 2000 a população residente nos Olivais entrou em declínio. Segundo dados do INE dos Censos de 1981 a 2001, houve uma redução de aproximadamente 24% da população residente. O último censo (Gráfico 1), realizado em 2011, registou a volta do crescimento da população residente, no entanto, esse aumento vem também acompanhado pelo incremento no número de alojamentos ocupando áreas inicialmente planeadas como áreas verdes públicas. Em junho de 2001 a Câmara Municipal de Lisboa entregou 70 novas casas como parte do Programa Especial de Realojamento (PER), construídos na Avenida Cidade de Luanda, limite oeste da célula E. Mais recente tem sido a ocupação da célula E em área inicialmente destinada para um parque desportivo, na Avenida de Pádua.

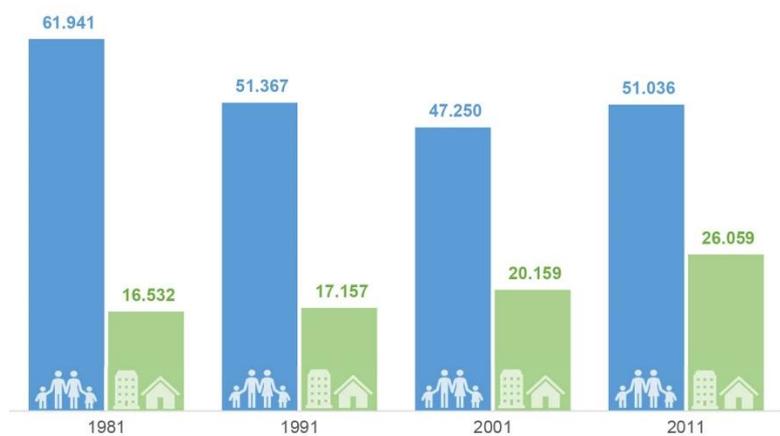


Gráfico 1: Relação número de Habitantes Residentes e número de Alojamentos registados nos Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011. Fonte: INE.

Esse recente processo de modificação da área dos Olivais, particularmente OS, que não demonstra qualquer atenção à conservação quer do ambiente natural quer do contexto histórico e cultural da área construída. Nesse sentido, ressaltamos que “a conservação urbana e territorial é uma proposta de planeamento que decorre do esgotamento do processo de expansão continuada que predominou nas cidades europeias e, especialmente, nas norte-americanas, até o último quartel do século XX” (Lacerda e Zancheti, 2012: 26). Nestes termos, vê-se o declínio de uma prática que entendia a expansão urbana como solução para o desenvolvimento urbano e o incentivo a práticas que percebem a transformação de zonas urbanas consolidadas como meio para o desenvolvimento sustentável, em detrimento da ocupação de novas áreas

exnihilo. A cultura da transformação²é, portanto, “o reconhecimento de que a cidade é um fato físico existente, que pode e deve ser reutilizado mediante processo de qualificação das estruturas urbanas existentes” (Lacerda e Zancheti, 2012: 26). E, complementa-se ainda que a ação de conservação em áreas urbanas consolidadas deve privilegiar em seu processo a manutenção e perpetuação do património cultural.

O primeiro documento a sistematizar os princípios da conservação integrada foi a Declaração de Amsterdã³ em 1975, reflexo da reabilitação bem sucedida do centro histórico de Bolonha (1969), que estabelece:

A conservação integrada deve ser, por conseguinte, um dos pressupostos importantes da planificação urbana e regional. Convém notar que esta conservação integrada não é exclusiva de toda a arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, mas esta deverá ter em maior consideração o quadro existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, bem como os materiais tradicionais. (Declaração de Amsterdã, 1975)

Os anos de 1990 foi um período no qual se inicia a revisão desse processo a partir de uma nova relação entre homem e seu ambiente construído. A Eco-92 (Rio de Janeiro, 1992) e a Habitat II (Istambul, 1996) marcaram momento decisivos nesse processo definindo a pauta da questão ambiental e recolocando a questão social no debate. Assim, a declaração de Istambul expressa:

Conservation, rehabilitation and culturally sensitive adaptive reuse of urban, rural and architectural heritage are also in accordance with the sustainable use of natural and human-made resources. Access to culture and the cultural dimension of development is of the utmost importance and all people should be able to benefit from such access. (Declaração de Istambul, 1996: 78)

Retomando os objetos de estudo desta análise, desde já há dois fatores que merecem destaque. O primeiro deles é a dimensão, sendo a área dos Olivais Norte (ON) a quarta parte da área destinada aos Olivais Sul (OS). O segundo refere-se ao planeamento e execução, dos quais o OS não chegou a ser executado completamente. Esses fatores terão implicação na leitura da paisagem nesses bairros. Nesse sentido, é objetivo desta comunicação revisitar a história acerca da concepção e construção dos ON e OS, a fim de compreender seus valores culturais e refletir sobre a autenticidade desses conjuntos urbanos através da avaliação da morfologia urbana proposta e o ajustamento dessa morfologia no decorrer do tempo, em particular o uso e apropriação das áreas verdes. Sem pretender encerrar o debate, esta comunicação apresenta os primeiros ensaios na tentativa de identificação, sistematização e avaliação dos valores culturais destes bairros reforçados pela relação entre paisagem e arquitetura.

Ao fim, espera-se que estas reflexões tragam luz ao processo de planeamento urbano dos Olivais (Norte e Sul), apelando e contribuindo para a construção de um plano de conservação urbana integrada que atue com compromisso e respeito na salvaguarda do património cultural, na conservação do ambiente natural, na

²Essa abordagem corresponde à “terceira geração da urbanística” identificada por Giuseppe Campos Venuti (“*La terza generazione dell’urbanistica*”, 1994), a qual corresponde à passagem de um planeamento urbano dedicado à criação de novas zonas urbanizadas como solução para o crescimento urbano, para a prática da transformação da cidade sobre si mesma a partir de suas estruturas urbanas consolidadas.

³Esse documento recupera as ideias já expressas por Giovanonni responsável por fundar uma doutrina de conservação e restauração do património urbano, e “que atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território” (Inoue, 2015: 05).

manutenção e ampliação das estruturas sociais no planeamento do desenvolvimento sustentável da comunidade.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O ordenamento e planeamento territorial na cidade de Lisboa sob os anos do “Estado Novo” (1933-1974) teve importantes desenvolvimentos coordenados pela figura de Duarte Pacheco⁴ responsável por “lançar as bases de uma política de fomento urbano transferindo para o município a orientação efetiva das atividades urbanizadoras” (Tostões, 1992: 41). Dentre as ações capitaneadas por sua administração, a elaboração do Plano Geral de Urbanização⁵ e Expansão de Lisboa (PGUEL), entre 1938-1948, pelo arquiteto-urbanista Ethienne Gröer foram determinantes para o processo de expansão urbana, seja consolidando-a a Ocidente como desejado, seja projetando e antevendo a ocupação Oriental. Dentre os objetivos deste plano, aprovado em 1948 pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), há dois aspectos que também influenciariam o planeamento urbanístico das décadas seguintes e que são, nomeadamente, a organização de densidades populacionais decrescentes no centro e em expansão na periferia e o ordenamento do crescimento da cidade dirigido à zona industrial vinculada ao porto (expansão oriental).

A década de 1950 foi um período decisivo para o futuro planeamento e desenvolvimento da cidade marcado pela materialização do Bairro de Alvalade⁶ e pelo processo de revisão do Plano de 1948 com a criação do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) em 1954, também responsável pela elaboração de planos parciais de urbanização tendo em vista a urgência em responder às questões decorrentes do desenvolvimento populacional na cidade e de ordenamento da zona industrial. Entre os anos de 1955 e 1958, o planeamento dos ON incorporava os princípios modernos do urbanismo e ensaiava uma ação de maior escala que ocorreria ao final desta década com a proposta para OS, os quais representam “o laboratório definitivo da arquitetura e da cultura arquitetónica moderna em Lisboa” (Tostões, 2015: 487).

Segundo as determinações deste gabinete, as áreas de Olivais e Chelas estavam reservadas para habitação e seriam escolhidas como campo de experimentação dos dispositivos legislativos elaborados no final desta década e efetivados ao longo da década de 1960, e da prática construtiva moderna. Nesse sentido, a ocupação das áreas periféricas da cidade de Lisboa está inserida no que se pode considerar como uma ação global de planeamento regional coordenada pelo poder público, da qual a habitação social⁷ constituiu-se como capítulo fundamental. O texto que introduziu a proposta de lei para elaboração, no prazo de três anos,

⁴Duarte Pacheco (1887-1943), engenheiro de formação ocupou cargo no Ministério de Obras Públicas e Comunicação inicialmente de 1932-1936. Em 1938 assume brevemente a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa antes de voltar a assumir as funções de ministro das Obras Públicas e Comunicação, até sua morte em 1943. Personalidade chave para compreender a história urbana e a ação pública no planeamento da cidade de Lisboa no século XX.

⁵Em 1934 houve a publicação do Decreto-Lei 24802 (21 de dezembro) regulamentava a execução dos Planos Gerais de Urbanização que contou com a participação de técnicos italianos e franceses (Tostões, 2015: 167).

⁶Desenhado em 1945 por Faria da Costa, estruturado a partir de 08 células organizadas em torno da escola primária. Este equipamento público determinava as distâncias possíveis de serem percorridas por crianças entre a casa e a escola. A realização desse bairro também foi palco para importantes experimentações urbanas inspiradas na Carta de Atenas, nomeadamente o Bairro da Estaca. Essas ações desenrolavam-se contemporâneas ao I Congresso Internacional de Arquitectura realizado em Lisboa, 2º Congresso de Engenharia e à Exposição *15 Anos de Obras Públicas*, ocorridos no ano de 1948 (Tostões, 2018).

⁷Temática que se mostra relevante e que ocupa grande espaço no debate apresentado durante I Congresso Internacional de Arquitectura realizado em Lisboa em 1948 (Tostões, 2008).

do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa (Plano Regional de Lisboa), publicado em fevereiro de 1959, explicita-se um contexto urbano em crise:

É assim que os subúrbios de Lisboa têm sido progressivamente invadidos por uma intensa actividade de construção, que tão depressa destrói a expressão tradicional e a beleza peculiar das povoações arrabaldinas como faz nascer múltiplos povoados amorfos e incaracterísticos [...] de meros amontoados de construções inestéticas, desprovidos de personalidade e de vida própria, verdadeiros dormitórios de massas populacionais muito importantes que diariamente afluem à capital para exercerem nela a sua actividade. Acresce que este desenvolvimento indisciplinado cria problemas de déficit resolução para a administração pública. (ACP, 1959: 585-586)

O estudo de base para a urbanização dos Olivais, apresentado em 1955, foi desenvolvido com base nos preceitos do Movimento Moderno e da prática urbanística da época que ecoava as recomendações expressas na Carta de Atenas, postura revelada na memória descritiva na qual consta que

De acordo com a experiencia adquirida e tendo presente os ensinamentos da técnica de urbanização actual, adoptou-se francamente o princípio da independência dos blocos habitacionais, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação conveniente, isolamento das habitações, etc. Por essa razão o espaço livre envolvente dos blocos constituirá um logradouro coletivo convenientemente arborizado. (Arquitectura nº 81, 1964: 5-6)

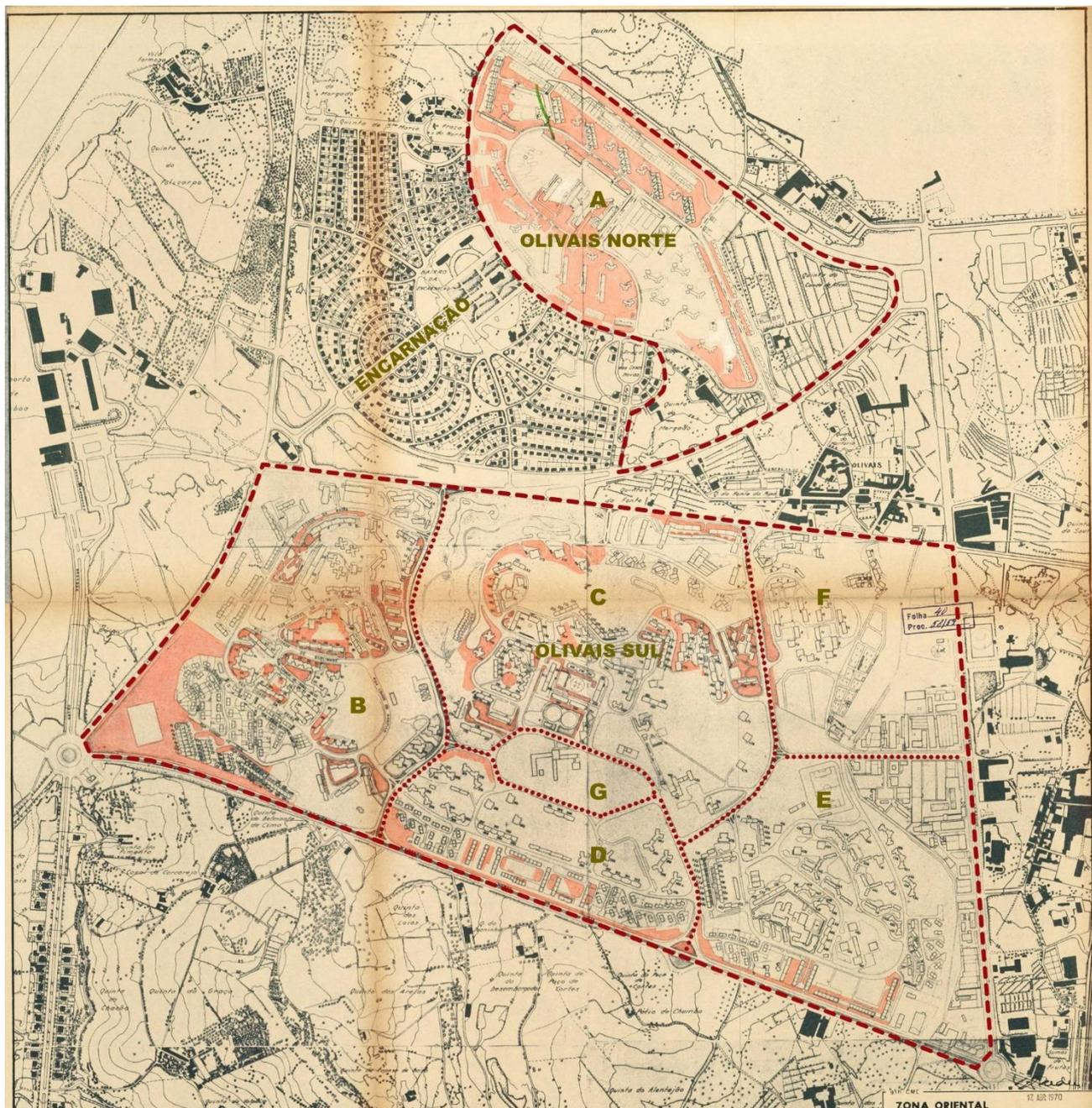


Fig. 1: Planos Gerais dos Olivais Norte e Sul, registado em 1970-1971. Em manchas vermelhas áreas ajardinadas. Perímetro tracejado os Olivais Norte e Olivais Sul. Assinala-se, ainda, a delimitação das células em minhas pontilhadas. Fonte: PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0738, editado pela autora (2020).

O plano (Fig. 1) previa a urbanização de duas áreas intermediadas pelo Bairro da Encarnação (1938), ficando a porção superior definida como ON, com área equivalente a 40ha e designado como célula A deste

plano. E, na parte inferior, com área total de 187ha noOS, cujo projeto estruturava-se em 06 células. A essa altura, ressalta-se a importância da cultura paisagística na cidade de Lisboa nos anos 1950, fruto de um contexto cultural de valorização da Arquitectura Paisagista iniciado em décadas anteriores⁸, cujos resultados já se observava nos projetos de Gonçalo Ribeiro Telles para as áreas verdes de Alvalade, que embora ainda representassem atuações pontuais reverberavam o gradativo aumento da importância da disciplina e do planeamento das superfícies verdes. A valorização das áreas verdes dentro de uma nova concepção de cidade e de urbanismo seria exercida de maneira singular no planeamento para os Olivais.

A implantação do ON ocorreu gradualmente ao longo dos anos de 1956 e 1960 e concorreram para sua realização o fato de que grande parte dos terrenos pertenciam a CML em decorrência da política de aquisição de terrenos iniciada na administração de Duarte Pacheco e a necessidade de execução a curto prazo das determinações do Decreto-Lei nº 42.454/1959⁹. Assim, os arruamentos e a implantação dos blocos habitacionais foram executados como previsto, enquanto os projetos habitacionais foram revistos a luz do referido Decreto-Lei que regulamentava a construção de habitações de renda acessível organizadas em 04 categorias, sendo as da categoria I e II destinadas a família de mais baixos recursos e as III e IV respondiam a um padrão médio. No entanto, como ressalta Leopoldo de Almeida (Arquitectura nº81, 1964: 12), essa revisão não será tão forte no ON uma vez que sua realização foi demasiado contemporânea ao decreto. Por outro lado, o OS e Chelas serão as realizações mais fortemente condicionadas pelo diploma.

Sendo o diploma um importante condicionador e pelo exposto acima, comparamos o ON ao vizinho Bairro da Encarnação, uma vez que apresentam programas de mesma natureza, ou seja, são bairros para habitação econômica, mas que servem como balizas de dois momentos distintos do pensamento urbanístico. Enquanto o Bairro da Encarnação de traçado rigidamente simétrico abriga moradias geminadas que se desenvolvem em dois pisos, ON materializa uma nova teoria de desenho de cidade que rompe com a simetria, individualiza e hierarquiza os passeios (peões/pedestres e carro), organiza as funções (coletivas e individuais) e explora uma tipologia construtiva em altura tentando privilegiar os espaços livres. A implantação rarefeita no tecido urbano buscou melhores condições de salubridade nas habitações e de qualidade de vida no espaço público. Uma leitura de cheios e vazios, na qual predominam os últimos, põe em prova o exposto.

⁸Sobre as origens de uma cultura paisagista em Lisboa, Tostões (2005: 137) destaca três questões fundamentais: a atuação de Francisco Caldeira Cabral na divulgação inaugural desta disciplina; atuação do tenente coronel Álvaro Salvação Barreto “ que se mostrava permeável a uma actualização urbanística que passava a integrar a componente paisagística” e “a vontade de uma geração empenhada em contribuir de um modo decisivo para a qualificação do ambiente construído justamente num momento chave da expansão da cidade de Lisboa”. Dentre outras importantes referências a cerca deste tema, destaca-se o trabalho de Maria Teresa Andresen na coordenação do livro “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas, 1940-1970” (2003).

⁹O Decreto-Lei nº 42.454/1959 designava as áreas de Chelas, Montes Claros, Olivais Norte e Olivais Sul para construção de habitação de renda acessível correspondentes a quatro escalões de rendimentos em ordem crescente da categoria I a IV.

A morfologia do bairro se baseia em edifícios isolados articulados pelos espaços verdes e pelo sistema viário, que apesar de autônomos e de aparecerem em repetição não fragmenta a estrutura urbana predefinida, “assumindo a imagem de figuras-tipo isoladas sobre um fundo contínuo” (Oliveira, 2019: 166). A composição da paisagem tem na distribuição socio espacial um importante condicionante, uma vez que a escolha da localização e forma de implantação dos blocos revelava a preocupação de criar um tecido o mais heterogêneo possível em termos sociais evitando a segregação e a criação de pequenos bairros isolados, sendo os equipamentos comunitários (escola e centro cívico) e os espaços públicos verdes lugares privilegiados de convívio.

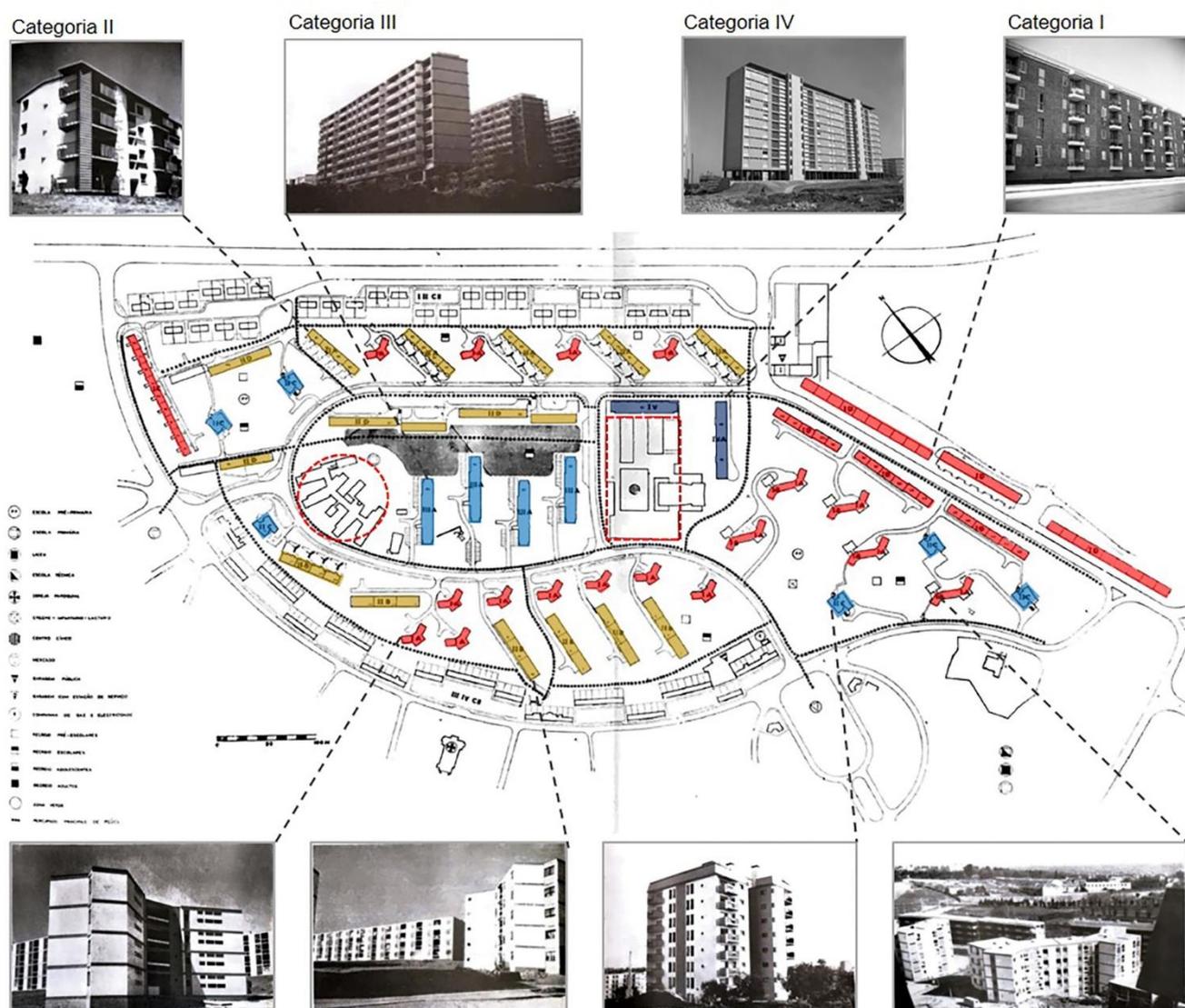


Fig. 2: Plano Olivais Norte com destaque para diversidade dos edifícios construídos. Destaque em cores para as categorias de habitação I (vermelho), II (amarelo), III (azul claro) e IV (azul escuro), círculo tracejado corresponde ao equipamento para Escola e o retângulo tracejado ao Centro Cívico. Fonte: revista *Arquitetura*, nº 81, 1964: 7-9. Editado e elaborado pela autora (2020).

Os blocos habitacionais em torre e em banda foram implantados isoladamente a fim de garantir adequados acessos à ventilação natural e insolação a cada unidade habitacional, permitindo ainda a criação de espaços verdes fundamentais para composição da ambiência. Os maciços vegetais tinham ainda a função de proteção dos ventos norte predominantes (implantação das sebes) e da zona industrial e do cemitério próximo (arvoredos perenifólios). Propunha-se o alojamento de 85.000 habitantes, atingindo uma densidade líquida de 278,9 hab/ha com 13,88% da área destinada às habitações, 16% às vias de circulação, 7,82% aos equipamentos urbanos e 62,30% às áreas verdes. A exemplo do que se vê nos planos de estudo de LeCorbusier para *VilleRadieuse*(1931), que previa 12% de área construída e 88% de área livre.

O equilíbrio entre a necessidade de adensamento e o fornecimento da maior porção de área livre possível é resolvido através da verticalização, implantada aqui de forma escalonada condicionada pela restrição do uso do elevador nos blocos de categoria I e II, cujas alturas variam entre 02 e 04 pavimentos, e nos blocos com elevadores que permitem maior altura registadas nos blocos III e IV, respectivamente, 08 e 11 pavimentos. Esse escalonamento acompanha o perfil do terreno em sentido ascendente dos limites da célula ao centro, criando uma espécie de platô que se constitui como eixo estruturador do conjunto no sentido Leste – Oeste (Fig. 2), estando em seus extremos equipamentos coletivos como a escola (NO) e Centro Cívico (SE), no espaço intermédio blocos verticais de categoria III (08 pavimentos) e blocos em banda de categoria II (04 pavimentos). A verticalização é afirmada como solução para atacar e resolver o problema do déficit habitacional (Matos, 2002: 32).

A concretização do plano do OS só aconteceria na década seguinte sob impacto do Decreto-Lei nº 42.454/1959 e inseridos nos trabalhos do Gabinete Técnico de Habitação, criado em 1960 em substituição ao GEU. O plano geral de arruamento já havia sido estabelecido (GEU) e parcialmente executados, o que foi respeitado na fase seguinte de desenvolvimento do plano para urbanização. O plano-base¹⁰ foi desenvolvido por José Rafael Botelho, a quem se juntou a seguir Carlos Duarte (1960-1961), e incorpora de forma crítica os princípios racionalistas que caracterizam o ON, apresentando uma organização celular hierarquizada, zoneamento de funções e inseridos em desenho urbano inspirado nas cidades-jardins inglesas e estruturada partir de unidades de vizinhança (Heitor, 2004). Essas reflexões críticas devem-se às experiências individuais dos autores do plano, em particular as referências trazidas por Botelho de seus estudos sobre as *New Towns* inglesas¹¹, às quais se somaria o interesse pelas experiências italianas do INA Casa, particularmente através da obra de Nuno Portas e Teotônio Pereira. Essas referências refletiam-se, particularmente, na busca por uma dimensão de bairro que faz do OS constituir-se como

¹⁰Plano realizado pelo GTH (Gabinete Técnico de Habitação da CML) cujas fases e elaboração e equipes técnicas responsáveis destacam-se: Plano-base (Arquitetos José Rafael Botelho e Carlos S. Durte), Planos parcelares (grupo dirigido por Rafael Botelho, do qual fizeram parte os Arqs. Carlos Duarte, António Freitas, Celestino de Castro e Mário Bruxelas) e Projecto de urbanização, equipamentos e espaços livres (grupo de trabalho dirigido por Carlos Duarte, do qual fizeram parte os Arqs. Luiz Vassalo, Eduardo Medeiros, Francisco Figueira, Carlos Worm, Joel Santana, Joaquim Castro; Engs. J. M. Pereira Gomes e João Guterres; Escultores Jorge Vieira e António Alfredo).

¹¹ Artigo de José Rafael Botelho sobre as *New Town* inglesas publicado na Revista Binário, nº 10, 1959. Esse texto corresponde à extrato de palestra proferida no British Council em Lisboa (1958), quando Botelho posiciona a experiência das *newtowns* como resultado de uma ação coordenada de planeamento global em escala nacional “como disciplina de estado”. Nesse sentido, a ação do Estado sobre o território “deve visar a melhor utilização possível do território, no interesse da colectividade e do bem estar dos indivíduos”. O artigo segue com uma análise cuidadosa das novas cidades inglesas como Harlow, em suas diferentes escalas, usos e vias de circulação.

uma ruptura não só com as concepções da linha ‘francesa’, expressas entre nós nos planos e na influência de Fourastier, De Gröer e Auzelle, mas também com realizações mais recentes inspiradas na Carta de Atenas, como o Bairro das Estacas, a Avenida Infante Santo, a Avenida dos Estados Unidos ou Olivais-Norte. (Duarte, 2002: 58).

Em depoimento do arquiteto José Rafael Botelho (*in* Torres e Portas, 1995: 69), “quando peguei no projecto de Olivais Sul, vinha de um percurso de estudo na altura um pouco singular cá para a terra. Tinha vivido em Inglaterra e interessava-me muito o que lá se estava a fazer [...]”. A essa experiência soma-se o que observou em sua passagem pela Holanda. Dessa forma, como concluía o arquiteto, “trazia nos olhos esses modelos que tinha observado quando cheguei aos Olivais. Pesava mais a experiência do que a Carta de Atenas, entrosada no meu saber mas do qual não era a base”.

A organização celular que orienta a ocupação de OS (Fig. 1) foi prevista desde os estudos base de 1955 (GEU), sendo mantida essa designação pelo grupo de trabalho do GTH, no entanto, no novo estudo é introduzida um novo escalão de referência: Grupo residencial (1200 a 2400 hab.), Unidade de Vizinhança (4.000 a 5.800 hab), Célula (9.600 a 12.000 hab.) e Malha (38.400 a 48.000 hab.). Assim, a designação inicial de “célula” significa “apenas uma subdivisão geográfica resultante do traçado das vias principais e adoptadas por simplificação” (Arquitectura nº 127-128, 1973: 60). Assim, a células B e C estão formadas por 02 unidades de vizinhança, enquanto as células D e E, pela densidade de habitantes, poderia ser simplesmente designada como unidade de vizinhança. Para Nunes (2003) são as unidades de vizinhança “aquele que melhor expressa o sentido comunitário do plano” enquanto a malha proporcionaria “a escala de um viver verdadeiramente urbano”.

O desafio era, portanto, de grandes dimensões a ter de planear o assentamento de cerca de 37.000 habitantes em uma área total de 187ha e uma densidade de 198 hab/ha. O plano-base estruturava-se mais como uma orientação do que rígidas regras de organização espacial e volumétrica. Uma morfologia ainda que herdeira de importantes ensaios experimentados em Alvalade (nomeadamente no Bairro das Estacas) como a relação peatonal com o equipamento escolar, marcou a completa ruptura com o quarteirão.

Sobre a composição da paisagem e dos tipos arquitetónicos, em Olivais Sul “a mistura de tipos e formas de agrupamento (o *mixed development* de Roehampton) era mesmo encorajada, prescindindo da disposição helio-orientada [sic] ou de outra geometria sistemática” (Portas, 2002). Na Memórias de Olivais-Sul, o arquiteto Carlos Duarte (2002: 55) faz menção, reiteradas vezes, ao carácter de urgência que marcou os trabalhos de desenvolvimento e execução do bairro que iniciou nos primeiros anos de 1960 e que apenas em 1964 teria um “plano formalmente organizado”, o que ia sendo desenvolvido em simultâneo à construção das edificações e da infraestrutura, estando até aquele momento “em autogestão”. Tudo isso, somado ao fato dos projetos das unidades de vizinhança e células estarem sob responsabilidade de vários grupos de arquitetos com formações culturais distintas com mais e menos concordância com o plano-base, gerou na percepção geral de OS a perda da leitura de conjunto.

O valor histórico dos Olivais está, por um lado, em ser um testemunho do pensamento urbanístico que marcou o século XX e, por outro, de sua revisão. Um testemunho que se por um lado inspirou-se nas prescrições da “cidade funcional” expressa na Carta de Atenas (1933), por outro, aceitou sua revisão e lhe fez alterações em busca de um melhor planeamento e desenvolvimento urbano. Em texto para revista ZARCH, Tostões (2016) afirma que o “*Olivais Sul is like a new town plan, mixed with Athens Chart zoning*

and supported by an organic infrastructure pattern [...], with great green areas". O reconhecimento desses valores é etapa fundamental para pensar possíveis caminhos para conservação integrada (CI) do património cultural nestes bairros, contribuindo para refletir sobre o planeamento urbano.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AUTENTICIDADE

Documento de Nara sobre Autenticidade (1994), artigo 13º:

Dependendo da natureza do patrimônio cultural, do seu contexto cultural, e da sua evolução através do tempo, os julgamentos de autenticidade podem estar ligados ao valor de uma grande variedade de fontes de informação. Entre os aspectos destas fontes, podem estar incluídos a forma e o desenho, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento, o espírito e o sentimento, bem como outros factores internos e externos. O uso destas fontes permite a elaboração das específicas dimensões artística, histórica, social e científica do património cultural que está a ser examinado. [grifo nosso].

A análise da autenticidade pressupõe uma condição de mudança aplicada ao bem cultural em alusão às transformações que possa ter sofrido ao longo do tempo que, contudo, não tenha comprometido seu carácter essencial. O documento coloca ainda a necessidade de verificação de como esse património chega aos dias de hoje acessando, para isto, as ideias que lhe deram origem. Nesse sentido, vistas as ideias e princípios gerais que deram origem aos Olivais Norte e Sul, passaremos a analisar como esses espaços chegam aos dias de hoje para perceber em que sentido mantém o carácter de partida.

Talvez pela menor dimensão e pela execução que ocorreu sem grandes interrupções, o ON apresente uma composição de conjunto legível até os dias de hoje. Embora as áreas verdes não tenham sido desenvolvidas como planeado, o que dificulta sua apreensão e utilização. Outra sensível alteração diz respeito ao Centro Cívico, não executado como planeado que hoje inclui um bloco residencial distinto da linguagem do bairro. Entre o plano projetado, aquele executado e a realidade existente há ainda uma grande coerência, o que permite reconhecer e ainda perceber as potencialidades dos espaços verdes livres.



Fig. 3: Imagem comparativa corresponde a Célula C dos Olivais Sul, a esquerda implantação inicial (1968) e imagem aérea recente (2015), a direita. Grande área verde designa o Parque do Vale do Silêncio. Fonte: revista *Arquitectura* nº 127-128 (1973) e Google Earth (2015). Imagens editadas pela autora (2020).

Por outro lado, as críticas ao OS no final da década de 1960 denunciava um certo aspecto de arbitrariedade na sua composição, reclamando uma leitura de conjunto no interior das células (Portas, 1969: 129-130). Em 1973, a revista *Arquitectura* (nº 127-128: 57) lançou matéria “Olivais-Sul em discussão” inaugurando espaço para debate desse que seria “o maior e mais ambicioso conjunto habitacional realizado entre nós”, onde “tiveram lugar formas de organização e métodos de trabalho que até então não houvera oportunidade de tentar em Portugal, pelo menos na escala de uma unidade habitacional urbana, planeada de raiz”. Essa apresentação reforça o caráter pioneiro e experimental dessa realização, assim como também o foi em ON,

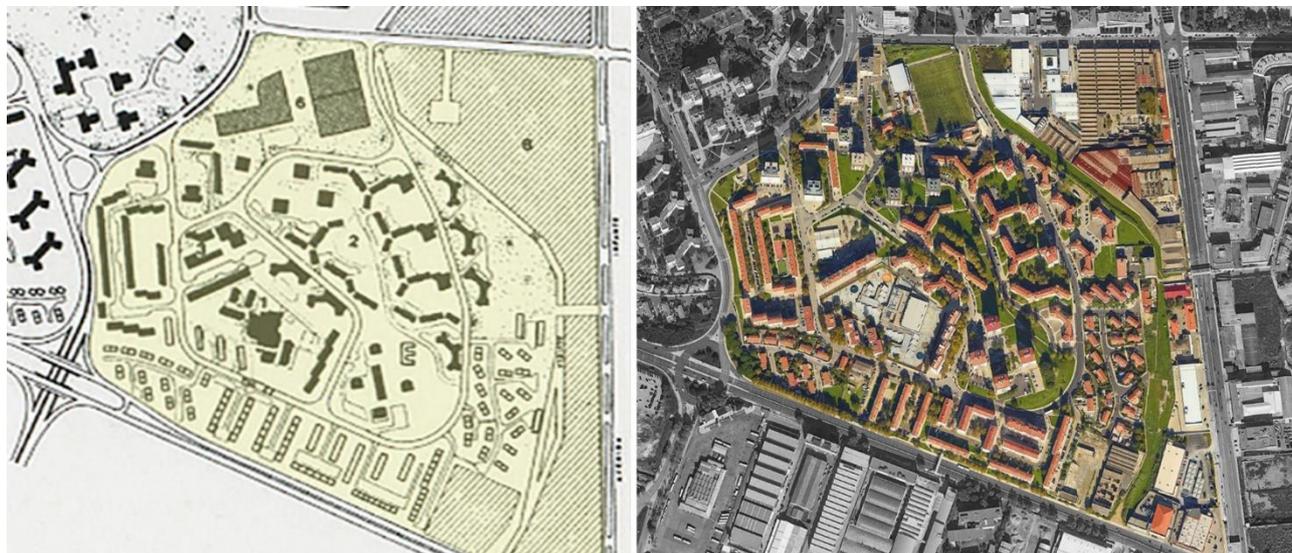


Fig. 4: Imagem comparativa corresponde a Célula E dos Olivais Sul, a esquerda implantação inicial (1968) e imagem aérea recente (2015), a direita. Fonte: revista *Arquitectura* nº 127-128 (1973) e Google Earth (2015). Imagens editadas pela autora (2020).

expresso também na liberdade de trabalho dada às equipes projetistas.

Sobre OS, o arquiteto Carlos Duarte (2002: 56-57) deixa clara a referência aos esquemas de Harlow, Steverage e Crowley, em particular a respeito da concepção de unidade de vizinhança, mas ressalta o empenho para adaptar essas ideias à realidade lisboeta que tem “uma tradição de viver urbano que não é a inglesa.” Disso resulta a preocupação em explorar uma ambiência ao nível do bairro “que tem tradução espacial em ruas, caminhos e praças, lugares tradicionais na nossa cidade de comércios, encontros e convívios.” É fundamental, então, levar em consideração os diferentes escalões que definem o bairro para uma melhor compreensão da composição da paisagem. Comparando a realidade construída do OS ao final da década de 1960 e sua composição atual, percebe-se que as maiores interferências estão nas células C (Fig. 3) (novas construções em áreas livres verdes), E (Fig. 4) e F (Fig. 5) (novos alojamentos em área reservada para equipamento desportivo), e G (centro cívico e comercial). As novas construções ocupam áreas verdes que deveriam ser valorizadas enquanto espaço coletivo.

A área destinada ao parque Vale do Silêncio compõe zona de contato entre as células B e C e nunca chegou a ser efetivamente realizado enquanto parque, embora consiga figurar nos discursos locais como uma importante referência enquanto espaço de amenidade às áreas de entorno. Essa área corresponde a um dos elementos de maior autenticidade do projeto e de valor cultural do bairro, que representa um projeto urbano no qual “parque e natureza tiveram um importante papel, combinados com o desenho do plano e dos edifícios. A topografia foi mantida no essencial, com colinas e vales.” (Tostões, 2002: 25). Tostões (2002) advoga que a presença marcante dos espaços verdes públicos em OS tiveram ainda uma função pedagógica, ao destacar a importância e o valor desses espaços em uma cultura pouco afeita à valorização da propriedade coletiva. Uma tal demonstração de valorização da natureza e da vida em sua dimensão coletiva, que remete a introdução de uma cultura nórdica numa sociedade dominada por uma cultura meridional (Tostões e Caldas, 2000).

Os generosos espaços verdes e públicos são, de facto, o que há de mais singular nos Olivais que hoje pode apontar aos caminhos para pensar o destino de nossas cidades e de nossa sociedade. Assim uma aproximação crítica é necessária para se despir, por um lado, da crítica pós-moderna e, por outro, da dimensão utópica dos modernos e reconhecer o desafio no tênue equilíbrio entre o coletivo e o individual. O livro de Torres e Portas (1995) contribui para essa revisão através, dentre outros recursos, depoimentos de moradores e ex-moradores, a exemplo da fala do crítico de arquitetura Paulo Varela Gomes (morador) que entende a fragilidade do bairro exatamente naquilo que o faz mais singular, ou seja, na relação entre espaços coletivo e espaço construído. E segue em sua defesa:

Este modelo de cidade tem encantos que o outro não tem.

[...]

Os Olivais é um dos poucos exemplos europeus que demonstra que este modelo funciona e tem muito mais qualidade de vida, basta um mínimo de cuidado e um crescimento controlado. (*in* Torres e Portas, 1995: 95)

A alteração da célula G (Fig. 6) é a que apresenta maior impacto, pois subverte o esquema original ao eliminar a permeabilidade da quadra ocupando com blocos altos e contínuos, que impedem o atravessamento da gleba. O centro comercial instalado rompe também com a escala do conjunto edificado e

novas construções habitacionais (privadas) seguem em construção. A lógica de produção da cidade neoliberal se impõe e demonstra a fragilidade comentada anteriormente. Como analisou mais tarde o arquiteto José Rafael Botelho, “os Olivais não são O modelo, mas são um modelo possível com muitas virtudes. Nunca tive dúvidas de que seriam um bairro agradável para se viver.”. Partes dessas muitas virtudes está, sem dúvida, no delicado equilíbrio entre áreas verdes pública e propriedade privada, tensionando nossa dimensão social e que tem o potencial de apontar caminhos para um futuro mais sustentável.



Fig. 5: Imagem comparativa corresponde a Célula F dos Olivais Sul, a esquerda implantação inicial (1968) e imagem aérea recente (2015), a direita. Fonte: revista *Arquitectura* nº 127-128 (1973) e Google Earth (2015). Imagens editadas pela autora (2020).



Fig. 6: Imagem comparativa corresponde a Célula C dos Olivais Sul, a esquerda proposta inicial (1968) e imagem aérea recente (2015), a direita. Fonte: revista *Arquitectura* nº 127-128 (1973) e Google Earth (2015). Imagens editadas pela autora (2020).

CONCLUSÃO

A questão básica do planeamento urbano é o reconhecimento de que a cidade é resultado de um longo processo de transformação, uma trama complexa de camadas que se entrelaçam no tempo e no território. Assim, dentro de um processo contínuo e vivo de transformação de nossas cidades, o desafio é pensar “um processo de transformação do território que não cancele essa herança e que inclua o novo numa relação ‘harmônica’ do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma” (Lacerda e Zancheti, 2012: 28). Para tanto, a CI pressupõe a identificação do património cultural, a definição de seus valores cultural, social, ambiental e econômico, avaliação de autenticidade e integridade e, por fim, elaboração da significância cultural¹². Esses passos darão fundamentação para elaboração, subsequente, aos planos de conservação e gestão.

A tendência de ocupação nessas áreas aponta a construção de novos alojamentos em detrimento de áreas nas quais se regista o esvaziamento de unidades habitacionais, denunciando a retração em zonas que deveriam ser adensadas (Frederico, 2014). A relevância cultural (histórica, arquitetónica e social) dos Olivais justifica uma investigação mais detalhada a fim de orientar ações de gestão a fim de garantir a conservação de sua ambiência urbana e atributos arquitetónicos como referência de construção de uma cidade comprometida com o problema habitacional, cujo projeto estava apoiado na verticalização (adensamento), nas áreas verdes livres e nas diferentes escalas da vida social e coletiva. Esses bairros podem ser identificados, hoje, pela integridade e autenticidade de seus elementos e morfologia.

Sem dúvidas, passados mais de meio século dessas realizações, faz-se necessária uma revisão e avaliação das ideias projetadas analisando agora o nível de autenticidade e integridade desses objetos e espaços enquanto partes da estrutura urbana da cidade de Lisboa e a atual apreensão desses bairros pela população que os habita e para a cidade. A qualidade dos espaços verdes que compõem os bairros Olivais Norte e Sul

¹²Partindo do conteúdo expresso na Carta de Burra (1980), significância cultural é o termo que exprime o “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes e futuras”.

são para a cidade um grande trunfo para o desenvolvimento sustentável de Lisboa e de sua comunidade, e que deve ser explorado a luz da prática da conservação urbana integrada.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Leopoldo de. (1964). "Olivais Norte: nota crítica." *Arquitectura*, (81), 12-14.
- Duarte, Carlos. (2002). "Memórias de Olivais-sul." *Jornal dos Arquitectos*, (204), 53-58.
- CONSELHO DA EUROPA. (1975). Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Declaração de Amsterdã.
- Extractos da memória descritiva do estudo base de Olivais elaborada em 1955. *Arquitectura*. Nº 81 (março 1964), p. 5-11.
- Frederico, Filipa. (2014). *Densificação vs. Retracção: que futuro para os Olivais? (Re)pensar o tecido urbano a partir do espaço público*. Tese de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa.
- Heitor, Tereza. (2004). Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala, in Heitor, M. Brandão de Brito, J.M. e Rolo, F. (ed), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no séc.XX*, Grandes Temas, Vol.3, Edit. D. Quixote, Lisboa, 152-163.
- Inoue, Luciana. (2015). *O Patrimônio Urbano e as Cartas Patrimoniais*. 7º Seminário Mestres e Conselheiros: Agentes Multiplicadores do Patrimônio, Belo Horizonte, 10-12 de junho de 2015 (meio digital).
- International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). (1980). Carta de Burra. – (1994). Documento de Nara sobre Autenticidade.
- Lacerda, Norma e Sílvio Zancheti. (2012). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).
- Matos, Madalena. (2002). "Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência." *Jornal dos Arquitectos*, (204), 32-41.
- Olivais Sul em discussão (1973). *Arquitectura*, (127-128), 57-64.
- Oliveira, Tiago. (2012). "A evolução do planeamento urbano de Olivais Sul a Telheiras." In: *Dispersos de Arquitectura*, ed. Luís Conceição. Portimão: Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes.
- _____. (2019). "A Modernidade Complexa dos Bairros dos Olivais." *Cadernos do Arquivo Municipal* (Lisboa), 12, 161-181.
- Portas, Nuno. (2002). "A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria." *Jornal dos Arquitectos*, (204), 48-52.
- Nunes, João Pedro. Capítulo 8. "Estratégias arquitectónicas, tácticas habitacionais." In *Etnografias Urbanas* [en ligne]. Lisboa: Etnográfica Press, 2003 (généré le 28 février 2020). Disponible sur

Internet:<<http://books.openedition.org/etnograficapress/376>>. ISBN: 9791036511257. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.376.

Torres, Helena e Catarina Portas. (1995). *Olivais: retrato de um bairro*. Lisboa: Liscenter.

Tostões, Ana.(1992).Monsanto, Parque Eduardo VII e Campo Grande. KEIL DO AMARAL, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa. Lisboa: Salamandra.

_____.(1997). *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações.

_____. (2002). *Olivais Cidade Jardim*. "Lx Metrópole – vida urbana", nº 06, 24-25.

_____. (2005). "Cidade e Natureza: planos parcelares como instrumentos (de equilíbrio) da paisagem urbana." In *A Utopia e os Pés na Terra*, 137-146. Lisboa: Instituto Português de Museus.

_____. (2008). Iº Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada]. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

_____. (2015). *A Idade Maior, Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto: FAUP Publicações. 631p.

_____. (2016). *Where the desire may live or how to love mass housing From Cold War to the revolution*, ZARCH, nº5, Zaragoza.

_____. (2018). *Lisboa, a Capital do Império*. "Visão História", 46, 52-59.

Tostões, Ana e João Caldas. (2000). *A Carta de Atenas e o espírito das New Towns na cidade portuguesa dos anos 50: o caso de Lisboa*. In: 9th International Planning History Conference. Planning Theories Between Atlantic and Mediterranean Cultures.

UNITED NATIONS. (1996). United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II). Declaração de Istambul. Turkey.

Zancheti, Sílvio. (2003). *Conservação Integrada e Planeamento Urbano: uma revisão*. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, (nº1, v.19), (107-124).

Fontes Eletrônicas

Actas da Câmara Corporativa (ACP). (1959). Proposta de lei nº 14 - Plano Director de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa (585-588). Lisboa, ACP, 1959. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/07/02/044/1959-02-13/585> (consulta: 29/02/2020).

Câmara de Lisboa entrega 70 casas nos Olivais. (2001). Site de notícias Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/06/29/local/noticia/camara-de-lisboa-entrega-70-casas-nos-olivais-29582> (consulta: 28/02/2020).